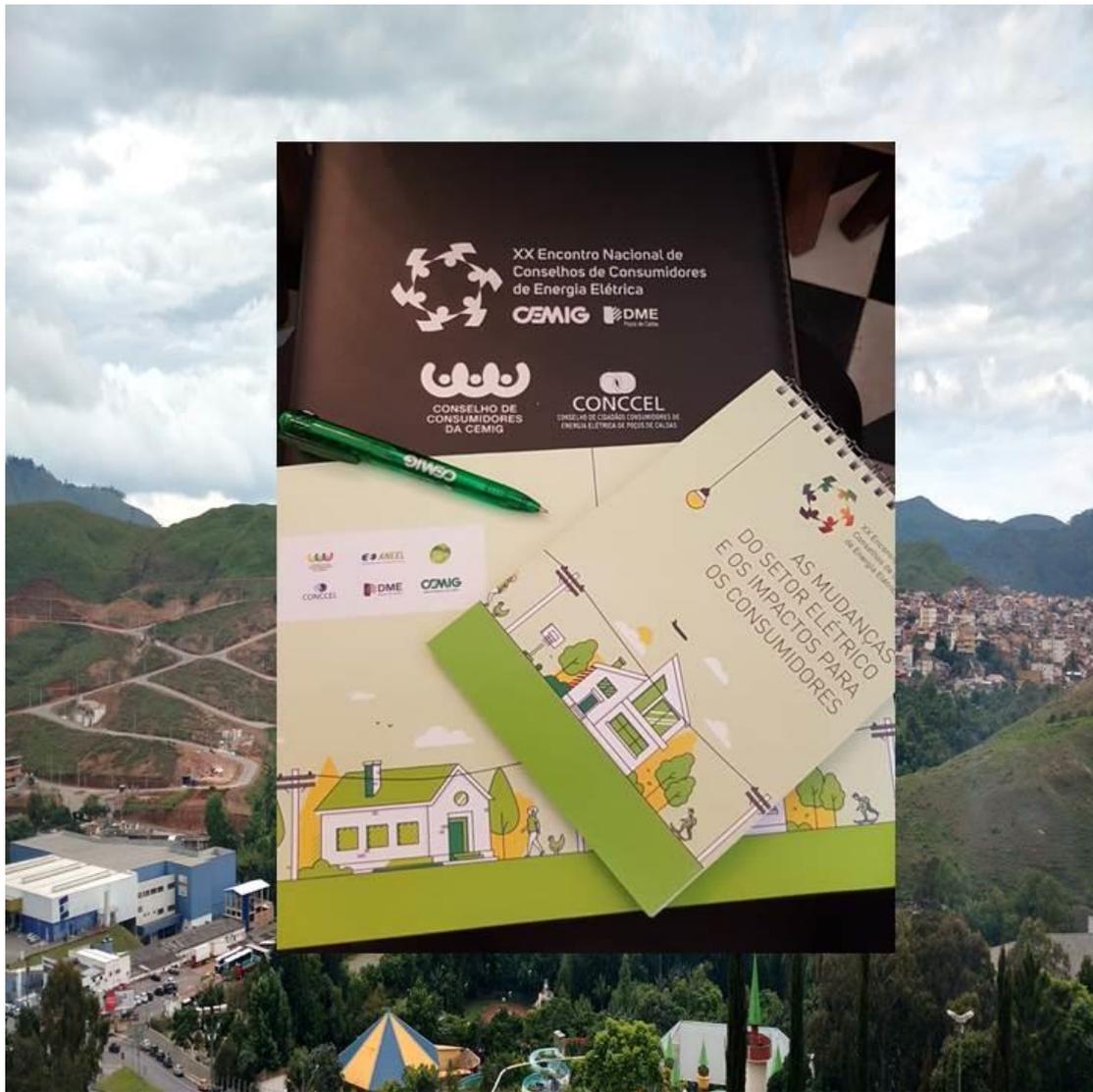


Conselho de Consumidores de Energia Elétrica Eletropaulo



Relatório do XX Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica

Poços de Caldas - MG

08 e 09 de novembro de 2018

INTRODUÇÃO.

Representantes do CONSELPA no Encontro Nacional:

Nome do Conselheiro	CLASSE	
Gilmar Ogawa	RURAL	Vice-Presidente e Membro Titular
Renato Daniel Tichauer	RESIDENCIAL	Membro Titular
Glaucer Bezerra		Secretária Executiva do CONSELPA

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

1. Conforme previsto no calendário anual das atividades dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, ocorreu o XX Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, nas seguintes datas:

- a. **08 de Novembro** (quinta-feira): Na Cidade de Caldas, no Grand Hotel de Pocinhos do Rio Verde, área de concessão do Conselho de Consumidores da Cemig. (Av. Rio Verde, 3428, Pocinhos, 37780-000, Caldas, Brasil), a programação previu a abertura dos trabalhos, conforme o seguinte detalhamento:

1ª Etapa:

TEMA: [As Mudanças do Setor Elétrico e os Impactos para os Consumidores](#)

07:30 às 08:00 Transporte do Golden Park Hotel em Poços de Caldas para Grand Hotel Pocinhos, em Caldas

08:00 às 09:00 Credenciamento conselheiros inscritos

09:00 às 09:30 Abertura – montagem mesa com até 8 participantes (conselhos DMED e Cemig, Diretores/Presidente, DME e Cemig, Diretor Aneel, Presidente Conacen e Prefeito de Caldas (representante do MME ainda não confirmado).

09:30 às 10:30 1º Painel – Experiência da Cemig em Geração Fotovoltaica e em Geração Distribuída – Dr. Ronaldo Gomes-Diretor de Distribuição da Cemig Distribuição e Dr. Tarcísio Neves-Presidente da Cemig GD.

10:30 às 10:45 Perguntas

10:45 às 11:00 Coffee Break

11:00 às 12:00 2º Painel – Aneel e Fase – Cenário do Setor Elétrico Brasileiro Aneel – Papel do Regulador na Modernização do Setor Elétrico e perante as Inovações Tecnológicas – Diretor da Aneel Sr. Rodrigo Limp.

Fase – Visão de curto e médio prazo do Sistema Elétrico Brasileiro pelas Associações do Setor- Dr. Mário Menel – Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico

12:00 às 12:15 Perguntas

12:15 às 13:00 Com a Palavra o Conacen – José Luiz Nobre Ribeiro – Presidente

Tema “Energia Contínua e de Qualidade para o Consumidor Moderno” – Dr. Carlindo Lins – Diretor Técnico

13:00 às 14:00 Almoço

14:00 às 14:30 Palestra Motivacional

14:30 às 15:30 3º Painel – Abradee e Abracel – Os Consumidores e a Expansão do Mercado Livre

Visão das distribuidoras – Dr. Nelson Leite – Presidente da Abradee

Visão das Comercializadoras – Dr. Reginaldo Medeiros – Presidente da Abracel

15:30 às 15:45 Perguntas

15:45 às 16:00 Coffee Break

16:00 às 17:00 4º Painel

Abrage e Abrapch – Água: Fonte de Energia e Multiusos

Abrage – Dr. Flávio Neiva – Presidente da Abrage

Abrapch – Dr. Paulo Arbex – Presidente da Abrapch

17:00 às 17:15 Perguntas

17:15 às 17:45 Empoderamento dos Consumidores com a Transição Energética
Palestrante: Dr. Nivalde de Castro – GESEL – Grupo de Estudo do setor Elétrico

17:45 às 17:55 Perguntas

18:00 Encerramento da primeira etapa

18:00 às 21:00 Coquetel Confraternização

21:00 Saída do último ônibus para Poços de Caldas.

- b. **09 de Novembro** (sexta-feira): Houve a continuação do evento na cidade de Poços de Caldas, área de concessão do DMED, no Hotel Golden Park – Av. Ver. Edmundo Cardilo, 3608, cuja programação previu os seguintes temas, conforme abaixo detalhado:

2ª Etapa:

08:30 Prefeito Municipal de Poços de Caldas
Sergio Antônio Azevedo
Saudações aos Conselheiros

08:50 Diretor Superintendente da DME Distribuição S.A – DMED
Alexandre Afonso Postal
Vídeo Institucional do DME Poços de Caldas

09:00 às 09:40 Perspectivas e Desafios do DME

Palestrante: Dr. Cicero Machado de Moraes – Professor da UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá e Presidente do Conselho Administrativo do Grupo do DME

09:40 às 09:50 Perguntas

09:50 às 10:30 Impactos das Políticas Públicas para o Setor Elétrico na Tarifa de Energia – Palestrante: Jenner Ferreira – Presidente IBECON (MS)

10:30 às 10:40 Perguntas

10:40 às 11:00 Coffee Break

11:00 às 11:40 Racionalidade e Transparência para o Setor Elétrico – Palestrante: Natalia Moura de Oliveira – Coordenadoria de Energia Elétrica da Abrace

11:40 às 12:00 Perguntas

12:00 às 13:30 Almoço

13:30 às 14:00 Espaço para Troca de Conhecimento (Débora)

14:00 às 14:30 Os Desafios dos Conselhos de Consumidores perante a ótica da Agência Reguladora – Palestrante: André Ruelli – SMA/ ANEEL

14:30 às 14:40 Perguntas

14:40 as 15:10 Espaço CONACEN

Palavra atual presidente – José Luiz Nobre Ribeiro

Eleição da diretoria para o biênio 2019/2020

Palavra presidente biênio 2019/2020

15:10 as 15:40 Elaboração e apresentação da Carta do XX Encontro Nacional realizado em Caldas e Poços de Caldas – Jenner Ferreira: relator

15:40 as 17:30 Visita Técnica a UHE Engº Pedro Affonso Junqueira (Antas I)
Coffee Break

18:00 Retorno ao Hotel do Evento.

21:00 Jantar de Confraternização (Traje Passeio)

2. Alterações na programação original:

- a. Cancelamento da palestra: “Empoderamento dos Consumidores com a Transição Energética Palestrante: Dr. Nivalde de Castro – GESEL – Grupo de Estudo do setor Elétrico”, em razão do palestrante não ter conseguido voo para se local do evento.
- b. Cancelamento da Visita Técnica a UHE Engº Pedro Affonso Junqueira (Antas I), em razão das fortes chuvas no local, o que potencializou riscos de acidentes para os Conselheiros.

3. Os tempos foram ocupados com a maior disponibilidade para as outras programações e para a elaboração da CARTA, que previa conter as principais conclusões e preocupações de consenso dos Conselheiros presentes, a qual segue detalhada neste relatório.

4. A mestre de cerimônia fez o chamamento dos presentes para que tomassem seus assentos e na sequência foi composta a mesa de honra e o canto do hino nacional.





5. As empresas e entidades que apoiaram e realizaram o evento, são as abaixo:

Realização



Apoio



6. Na sequência os vídeos institucionais da CEMIG e da DME foram exibidos.
7. O Presidente do Conselho Administrativo da DME (Departamento Municipal de Energia) Sr. Cícero Machado deu as boas vindas aos Conselheiros e Secretários Executivos.

Cícero Machado



8. Pela CEMIG proferiu algumas palavras seu Diretor Sr. Ronaldo Gomes de Abreu que exaltou a importância dos temas escolhidos para as palestras que viriam a seguir.
9. Também estava presente um representante do Ministério de Minas e Energia (MME), Sr. André Carlos Queiroz que também citou a relevância do consumidor através de seus conselhos, teceu comentários sobre a abertura do mercado e do papel das Distribuidoras, lembrou que há consultas públicas em aberto e orienta a consultar o site do MME, bem como comentou sobre o momento atual em razão da transição para a nova presidência da República, razão pela qual há necessidade de aguardar as novas nomeações.
10. Manifestou-se o Diretor da Aneel Sr. Rodrigo Limp, que está na ANEEL a 5 (cinco) meses e disse ver os Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica como importantes parceiros na construção das decisões da agência reguladora.
11. O Sr. José Carlos Vieira, Presidente da DME direcionou sua fala sobre o atendimento com qualidade aos consumidores.
12. O Prefeito Municipal de Caldas, Sr. Alexsandro Conceição Queiroz, exaltou a importância histórica da cidade de Caldas, classificando-o como um município rural, onde a cultura do vinho é uma importante produção na região. Finda a sua fala desfez-se a mesa de honra.
13. Iniciou-se o **1º PAINEL** com a exposição da CEMIG em Geração Distribuída (GD) e Geração Fotovoltaica, quando o Diretor de Distribuição da CEMIG, Sr. Ronaldo Gomes de Abreu fez sua palestra descrevendo as dimensões da área de atuação da distribuidora que se assemelha ao território da França, na qual existem 8 milhões de unidades consumidoras. Explanou como a GD pode contribuir para a matriz energética do país e faz um comparativo do setor sem GD e com GD. Também citou a evolução da legislação que contribuiu para o crescimento exponencial da GD. Mostrou alguns números que demonstram o crescimento da GD no Brasil, que alcança 43.310 localidades com minigeração. Citou Minas Gerais como a unidade da federação com maiores números de instalações e isso também é fato que está presente em outros países, cujo crescimento é vertiginoso. A CEMIG ocupa o 10º lugar entre as 54 concessionárias com geração distribuída. A isenção fiscal em atenção à política do CONFAZ, barateia os custos e é fator de estímulo pela adoção dessas tecnologias.

Setor com Geração Distribuída



Setor sem Geração Distribuída



Debates e Perguntas aos palestrantes.

Ronaldo Gomes de Abreu (esq)

Dr. Tarcísio Neves-Presidente da Cemig GD (dir)

Solange Medeiros de Abreu da Cemig (mediadora)



14. No 2º Painel o Diretor da ANEEL, Sr. Rodrigo Limp, abordou o **“Papel do Regulador na Modernização do Setor Elétrico e perante as Inovações Tecnológicas”**.



RODRIGO LIMP NASCIMENTO

Começou dizendo que hoje o impacto da GD é pequeno, mas que a tecnologia poderá viabilizar-se economicamente e que a transferência de parte da rede é inevitável. Observou que é preciso buscar o equilíbrio econômico, já que pode haver perda de mercado das Distribuidoras. Deverá haver diálogo,

transparência e previsibilidade. A evolução da regulação está acontecendo, como por exemplo, a Ren nº 819/2018 que trata da recarga de veículos elétricos, a Ren nº 464/2011 que fala sobre tarifas horárias. Hoje já se contabiliza 43.747 conexões de GD e o crescimento é constante, o que torna necessário reavaliar a Ren nº 482/2012, assim há previsão disso no 1º semestre de 2019 de audiência pública para minuta de texto dessa resolução; atualizar a Ren nº 470/2011 – regulação das Ouvidorias. Citou a necessidade de se avançar na discussão da tarifa binária e que os custos devem ser cobertos pelas tarifas.

Em sua fala reforça a aplicação da tarifa binômia na estrutura da tarifa. Atentar para o impacto de novas tecnologias (VE, GD, Armazenamento). Os Prosumidores (consumidores que produzem sua energia elétrica) deverão estar no foco da regulação. Cita temas como baixa renda, iluminação pública e tarifa branca. Cita como desafio o engajamento do setor, como inovar e antecipar tendência do mercado de energia; quais os impactos do desenho tarifário; quais os reflexos na rede no parque de medidores e nos usuários; simplicidade x exatidão/complexidade; alocação de custos x riscos de mercado; formas de implementação do novo modelo; e, poder da comunicação para melhorar a compreensão do consumidor de sua conta de energia elétrica, seus direitos e incentivar o uso eficiente.

15. **Os Desafios dos Conselhos de Consumidores perante a ótica da Agência Reguladora** – Palestrante: **André Ruelli** – SMA / ANEEL.

Inicialmente, fez questão de ressaltar a necessidade de dirimir conflitos e engajar a sociedade; aumentar a conformidade (compensações ao consumidor, planos de resultados, componentes e qualidades dos serviços, compensações por ultrapassagem dos indicadores de continuidade, fiscalização, por exemplo). Citou dados da Ouvidoria, como as 81.000 chamadas recebidas/mês e que 90,4% estão satisfeitos com o atendimento.



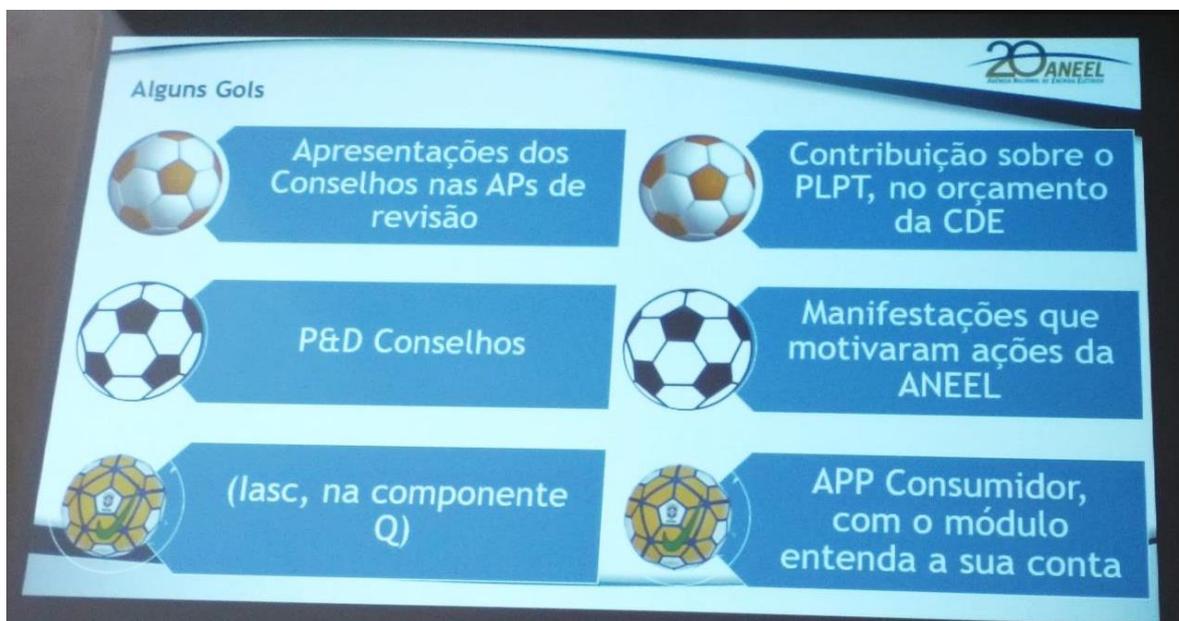
ANDRÉ RUELLI

Entende que é necessário promover o equilíbrio no debate e ao consumidor também se manifestar sobre a qualidade dos serviços. Todos devem e os Conselhos especialmente, participar do processo de construção da regulação.

Informou que são acatadas 40% das contribuições captadas das Consultas e Audiências Públicas e 60% não. Há necessidade de instrumentalizar os Conselhos (capacitação, redução da assimetria da informação, qualificação das contribuições apresentadas na ANEEL, construção de redes colaborativas, benchmarking de boas práticas, governança).

Trouxe a conhecimento dos conselheiros o novo aplicativo para celular que irá fornecer uma gama de serviços e informações ao consumidor, uma plataforma orientativa com caráter educativo, propiciar ao consumidor entender a sua conta e os encargos. A ferramenta irá necessitar de aprimoramentos, o *chatbot* (inteligência artificial) e o PGO (Procedimento de Grandes Ocorrências). Buscar a integração com os sistemas das Distribuidoras. A Aneel deseja evitar que a 2ª reclamação chegue à Ouvidoria. Trabalhar a fiscalização estratégica e o monitoramento. Também reforça a necessidade de aprimorar a pesquisa de satisfação do cliente (IASC), que contabiliza 25 mil entrevistas, sendo índice que compõe o **fator XQ** (qualidade comercial) e incorpora a voz do consumidor na tarifa de energia elétrica. É desejo da ANEEL como visão de futuro, investir no estudo comportamental do consumidor, na criação de núcleo especializado em inteligência artificial e cognitiva e time de “cientistas de dados” para monitoramento.

Finaliza a apresentação com um slide que considera alguns gols marcados pela ANEEL:



Na figura abaixo a Sra. Arleni Nogueira Mareca, Presidente do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica da DME, atua como moderadora na fase de perguntas dos conselheiros.



16. No **3º PAINEL** fizeram exposição os representantes da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidora de Energia Elétrica) e Abraceel (Associação Brasileira de Comercialização de Energia Elétrica), que abordaram a temática: **“Os Consumidores e a Expansão do Mercado Livre”**.

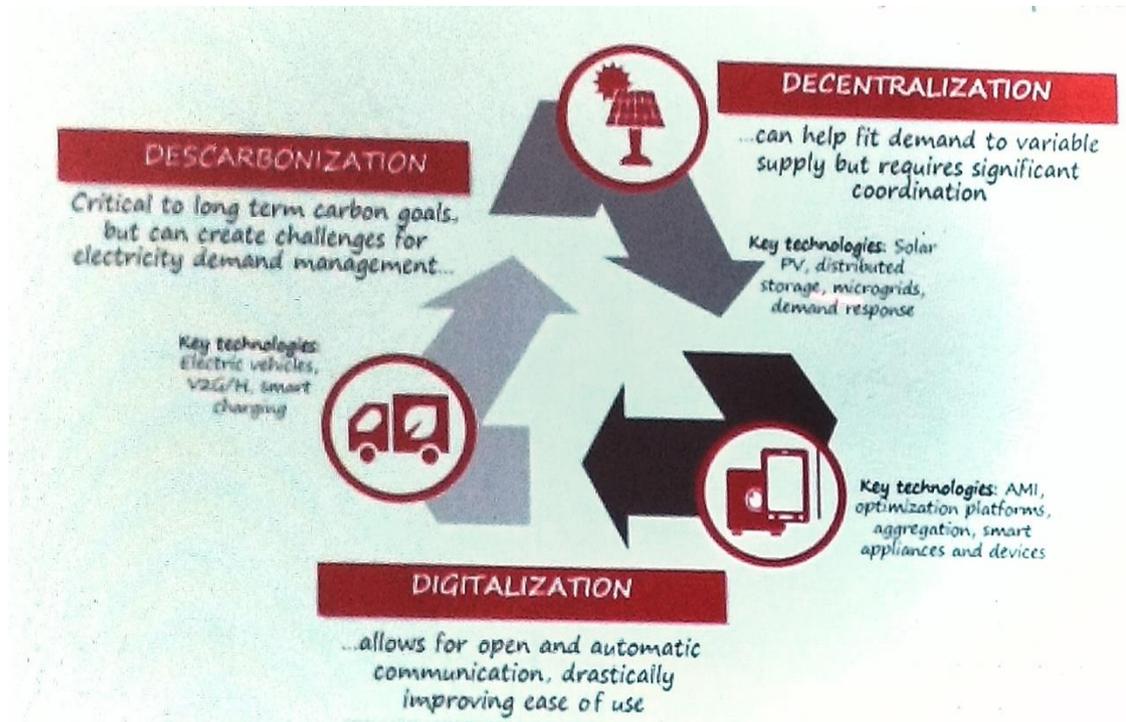
a. Visão das distribuidoras – **Dr. Nelson Fonseca Leite** – Presidente da Abradee:



Começa enfatizando que o fornecimento de energia elétrica é reconhecido como o melhor serviço público do Brasil. Teceu comentário sobre os componentes que pressionaram as tarifas de energia elétrica nos últimos 14 anos, cujos valores acumulados alcança 108%, sendo que 55% decorrem de reajustes de energia e 25% de encargos, por exemplo. Ressalta que de cada R\$100,00 dezoito reais ficam com a distribuidora. Citou reportagem, em artigo que escreveu, que aborda a questão dos subsídios, onde há o entendimento que deveriam ser suportados pelos recursos da União. Também falou sobre os potenciais focos para a modicidade tarifária sem comprometer a

sustentabilidade do setor elétrico e também que a parcela dos tributos (federal e estadual) na tarifa é maior do que as parcelas dos serviços de rede (transmissão e distribuição), sendo que os encargos e tributos somam 40,5%. Porém, ressalta que o setor ainda é muito atrativo para o investidor. Como papel da distribuidora, a inovação da rede ocorre de três formas primárias, que atuam num círculo virtuoso para produzir mudanças disruptivas, ou seja, a descentralização, a digitalização e descarbonização.

O gráfico abaixo procura sintetizar esse pensamento.



Avança na sua apresentação sobre o cenário futuro do setor elétrico, especialmente tecnologia e aspectos socioambientais. No atacado, tecnologias de geração com custos variáveis de produção desprezíveis e elevada variabilidade de produção são a realidade. No varejo, recursos energéticos distribuídos, incluindo solar de pequena escala, armazenamento, resposta pela demanda e carros elétricos são uma realidade. Também presentes, as tecnologias de medição avançada e de comunicação bidirecional com consumidores varejistas tornaram o consumidor um agente “ativo”. Lembra que é necessário antecipar os ajustes regulatórios antes que os problemas aconteçam fazendo uso de novas tecnologias que demandaram novos procedimentos de planejamento e operação, exigindo flexibilidade e análises mais sofisticadas e com maior granularidade. Haverá processos adaptativos e com inovação e relação risco x retorno de medidas e políticas que devem ser analisadas. Conclui sua apresentação destacando:

- ✓ Precisamos sim, aperfeiçoar o modelo setorial, e começar já.

- ✓ Mas não existe o modelo setorial bom, bonito e barato, que há uma transição, e com ela muitos desafios.

Também fez uma abordagem sobre a questão da Geração Distribuída e os desafios sob o olhar das Distribuidoras. Com um gráfico mostrou o crescimento da Geração Distribuída que com o aprimoramento da resolução 482/2012 teve um crescimento de 1.168%, ou seja, de 2016 com 4.404 unidades de GD passou em 2018 para 51.453.

Entende que o atual cenário não é sustentável, porque os aspectos ambientais, econômico e social não são atendidos, só o ambiental sim.

Há uma preocupação com o equilíbrio entre o Prosumidor versus Consumidor. Procurou mostrar que há uma tendência de que o custo da rede dos consumidores residenciais cativos adotantes (de GD) são transferidos para os consumidores cativos não adotantes.

Na sua explanação entende que precisa fortalecer os pontos de interesse do setor objetivando sua sustentabilidade; estimular o aprofundamento de estudos em temas promissores, bem como priorizar aqueles que contribuem para a melhoria do ambiente de negócio; apresentar um rol de contribuições para alteração de textos legais em três dimensões de interesse do segmento.

Na Consulta Pública sobre a temática, entende que há espaço para a inclusão de reformas e coesão, destravamento, alocação de custos e riscos, desjudicialização, financiabilidade e sustentabilidade EEF, governança e inovação.

Frisou que o Brasil tem uma das maiores cargas tributárias sobre o setor de energia elétrica e que não há como falar em modicidade tarifária sem trazer à tona a necessidade da urgente modicidade tributária.

b. Visão das Comercializadoras – Dr. Reginaldo Medeiros – Presidente da Abraceel (não compareceu)

17. No **4º Painel** o tema versou sobre “**Água: Fonte de Energia e Multiusos**” cujo palestrante foi o presidente da ABRAGE (Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica), **Dr. Flávio Antônio Neiva**.



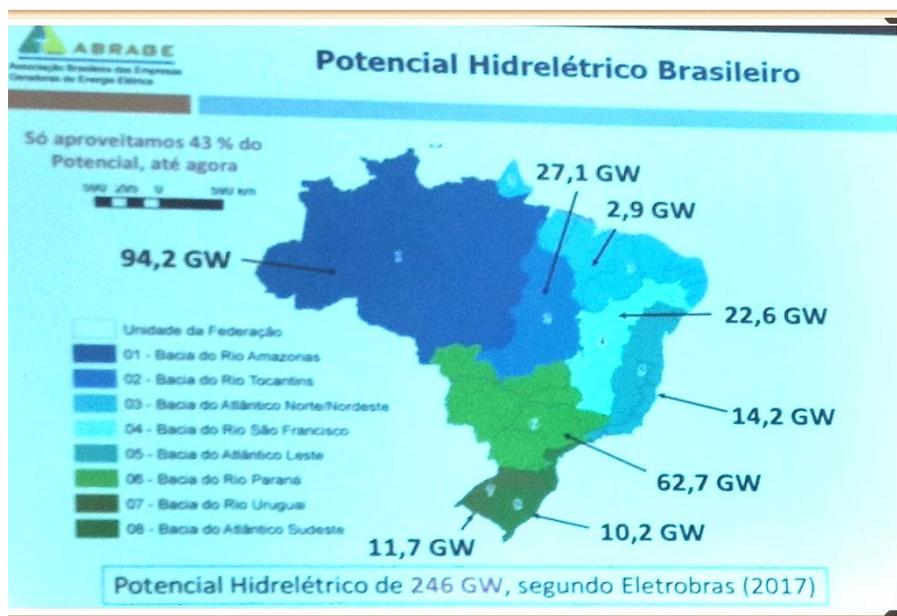
Iniciou sua apresentação mostrando as Bacias Hidrográficas do Brasil e as características gerais por região do país. Num gráfico aponta que a região Norte e Centro-Oeste detém 20% da população e possui 80% dos recursos hídricos, já as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, concentram 80% da população e possuem 20% dos recursos hídricos. Por exemplo, no Nordeste a oferta de água é baixa, clima severo com estiagem prolongada, distribuição de água desfavorável e as UHEs concentradas no Rio São Francisco. Na região Sudeste e Sul, chuvas regulares, sazonalidade previsível no SE e aleatória no Sul, quantidade suficientes armazenadas nos rios e aquíferos, qualidade comprometida pela forte ocupação urbana, industrialização, agricultura e mineração com pouco tratamento dos efluentes;

as UHEs detém 70% da produção hidrelétrica do país, distribuída em cinco grandes bacias em MG, SP e PR, que são bastante exploradas. No Centro-Oeste as chuvas são regulares, com quantidade suficientes, possuindo agricultura e pecuária intensiva e uso para irrigação que precisam melhorar sua eficiência e, as UHEs com exploração intensificada mais recentemente, especialmente para o rio Tocantins. Já o Norte se caracteriza com vazões elevadíssimas com sazonalidade acentuada, baixa quedas para aproveitamento hidrelétrico, havendo necessidade de desenvolvimento do potencial hidrelétrico, respeitando os condicionantes socioambientais, com UHEs com exploração intensificada recentemente, com destaque para os rios Xingu, Madeira e Tapajós.

A nossa matriz energética (2018) se distribui assim: 68% hídrica, 14% térmica, 9% biomassa, 8% eólica e 1% solar.

A matriz de energia elétrica para 2027 assim se projeta: 56% hídrica, 12% eólica, 8% biomassa, 6% alternativa ponta, 14% térmica e 4% solar.

Abaixo um gráfico mostrando o potencial hidrelétrico do Brasil:



Falou sobre as UHEs no horizonte do PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia) de 2017, onde o modelo de decisão de investimento – MDI é utilizado pela EPE no PDE como apoio na indicação da evolução da expansão da oferta no horizonte decenal, quando se almeja alcançar 1.898 MW de potencia instalada na geração hidrelétrica.

No quadro abaixo uma visão da expansão da geração hidrelétrica na região amazônica:



Também relata algumas das principais características da Usina Hidroelétricas, como por exemplo:

- ✓ Produzem energia de forma limpa, renovável e não poluente;
- ✓ Baixo custo da energia gerada;
- ✓ Despachabilidade para o atendimento à ponta de carga a baixo custo;
- ✓ Seu insumo (água) independe de conjunturas externas;
- ✓ Vida útil das usinas acima de 100 anos;
- ✓ Podem ser totalmente desenvolvidas com tecnologia nacional;
- ✓ Causa impactos socioambientais.

O reservatório de acumulação destaca-se as seguintes informações:

- ✓ Agregar mais energia ao empreendimento;
- ✓ Regularizar a vazão hídrica em todas as usinas situadas a jusante;
- ✓ Aproveitar as diversidades hidrológicas das diversas regiões do país;
- ✓ Integrar a produção de energia de outras fontes renováveis/
- ✓ Aproveitar excedente hídrico e contribuir para a redução do consumo de combustíveis e, conseqüentemente, do custo de geração de energia;
- ✓ Viabilizar os usos múltiplos dos Recursos Hídricos.

Nas ações compensatórias com a construção de UHEs cita principalmente as seguintes:

- ✓ Compensação financeira pelo uso do recurso hídrico, como por exemplo, existe a previsão de recolher R\$2,42 bilhões, sendo 85% desse valor repassados aos Estados e Municípios atingidos;
- ✓ Estações de piscicultura para repovoamento da fauna ictiológica;
- ✓ Sistemas de transposição de peixes;
- ✓ Proteção e reflorestamento ciliar;
- ✓ Implantação de Unidades de Conservação;

18. Ainda no **4º PAINEL** o tema versou sobre “**Água: Fonte de Energia e Multiusos**” falou como palestrante o Presidente da Abrapch (Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas) –



Dr. Paulo Arbex, que esclareceu que a ABRAPCH é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por cooperativas, órgãos e empresas públicas e privadas, desenvolvedoras de projetos, fornecedores de serviços e equipamentos, geradores de energia, associações, entidades de defesa do meio ambiente,

entidades estudantis, instituições de ensino e pesquisa, profissionais autônomos e estudantes universitários que sejam apoiadores no aumento sustentável da utilização pelo

Brasil de geração de energia elétrica por meio das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs). Apresentou os principais números do setor, perfil do consumo e cargas horárias, também seus objetivos, destacando:

- a. Unir as autoridades interessadas nos projetos de geração de energia através das Pequenas Centrais Hidrelétricas, sempre representando seus associados, defendendo seus direitos, interesses e aspirações coletivas. Assim como proteger o meio ambiente, a ordem econômica e a livre concorrência;
- b. Atuar em sintonia e em conjunto com outras Associações na defesa dos interesses das PCHs e CGHs, sem conflito de interesses, tais como o CBDB, ABRAGEL, ABEEólica, ABEER, ABRACE, ABIAPE, APINE e COGEN, podendo assim participar do corpo social das mesmas.

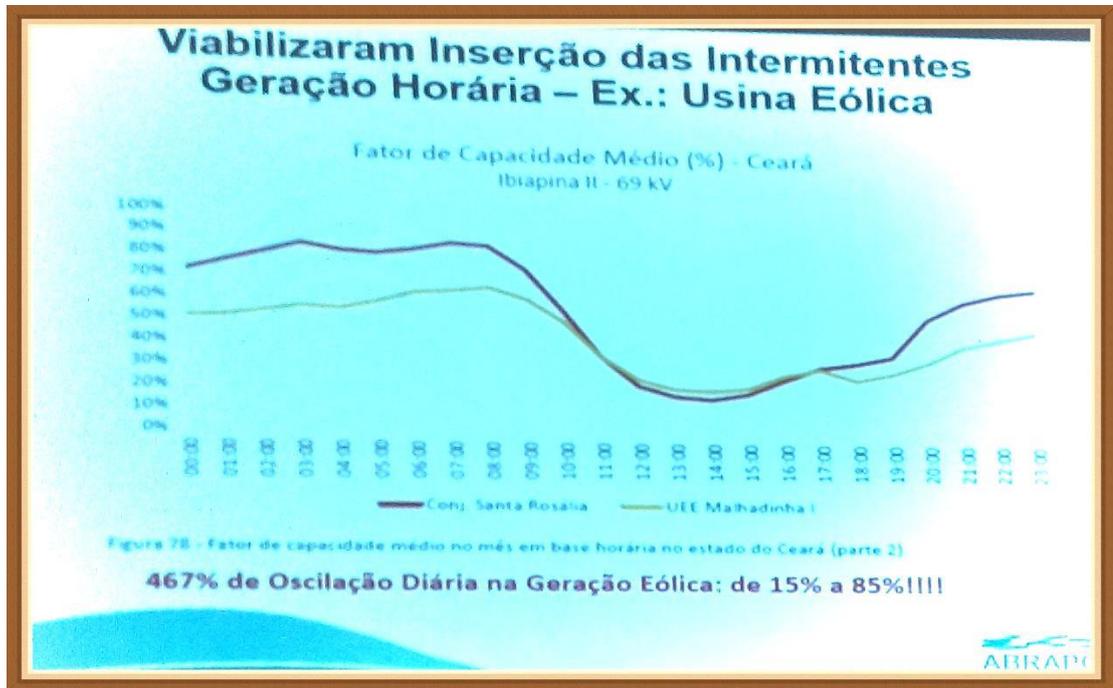
É convicção da associação que a fonte hidro é a melhor para o Brasil; única forma sustentável de proteger o meio ambiente. É o alinhamento do interesse socioeconômico com o de preservação ambiental e que o conflito se resolve com diálogo e conciliação; que aposta nas virtudes do MPMEs x Grandes Campeões; que a concentração excessiva de poder econômico é destrutiva; e que a construção de um Brasil e um mundo melhor também se dá pela via da valorização e empoderamento das pequenas comunidades.

PRINCIPAIS NÚMEROS DO SETOR:

1. 1.050 Usinas em operação;
2. 5.500 MW de capacidade instalada;
3. 550 afiliadas (Abrapch, Apine, Abiapi, Abragel);
4. 2000+ empresas da cadeia produtiva;
5. 21.000 MW potencial inventariado na ANEEL;
6. R\$ 168 Bi investimentos potenciais;
7. 1.000MW habilitados (média) últimos leilões;
8. 65MW contratados leilões apenas.

Alguns comentários sobre as intermitentes no fornecimento de energia como as eólicas, onde a constância dos ventos não sustenta a carga em nível constante, já que com ventos de 11km/h essa forma de energia renovável não funciona.

Abordou aspectos históricos da herança positiva de JK e Militares, principalmente a década de ouro (50, 60 e 70) quando ocorreu a formação de elite da engenharia brasileira, a rápida industrialização, desenvolvimento econômico e social. Citando que na década de 80 os investimentos em hidrelétricas foram irrisórios e na década de 90 houve demonização das hidrelétricas. Entende que as PCH produzem impactos ambientais mínimos e reversíveis.



Questionou as Usinas a fio d'água que diminui a efetividade no fornecimento de energia elétrica.

Os reservatórios podem contribuir com a promoção do turismo e ecoturismo e nos municípios onde foram instalados as CGH/PCHs também ocorreram melhorias no IDH. As PCHs gozam de longevidade e cita a CGH de Diamantina que surgiu em 1883 e fez 134 anos em 2017.



BENEFÍCIOS – HERANÇAS DAS PCHs/HIDROS

- Menor custo real do setor;
- 21.000MW A R\$65/MWh + R\$17 BI + R\$11 BI (E);
- Impacto ambiental mínimo e quase todo reversível;
- Reduz custos de transmissão;
- Reduz Perdas (16% para 8-9%);
- Aumenta IDH dos Municípios;
- Tecnologia 100% nacional;
- Geração de empregos (101/MW);
- Empregos de melhor qualidade;
- DNA de MPME, setor responsável por 65% dos empregos do País;
- Exporta produtos, serviços, tecnologia e inteligência;
- Empresas nacionais reinvestem lucros no Brasil
- Flexível, confiável, sem intermitência, não transfere custos p/ sistema;



ARRAPC

O Brasil tem 12% das reservas hídricas utilizáveis do mundo, mas nem sempre é bem distribuída, e o crescimento populacional, a falta de planejamento urbano, as distâncias dos locais de captação, as questões ambientais, tornam seu uso uma fonte de conflitos. Os reservatórios podem ser uma solução em muitos locais.

Elencou uma série de problemas pelos quais passam nossos rios como o despejo de 60% de esgoto residencial e industrial, efeitos das mudanças climáticas, vazamento de lixo tóxico, contaminação por chorume dos lixões, desmatamento das bacias hidrográficas e o abandono.

Entende que se deve criar reservas estratégicas de potencial hidráulicos.

Falta de Isonomia nas Contratações

- Fósseis de 2017: 30% de aumento antes início da obra;
- Fósseis recebem paradas;
- Fósseis passam para consumidor risco preço do Brent e Câmbio;
- Eólicas com risco 60x menor que hidros (5 anos X 1 ano);
- Eólicas não pagam por sua intermitência nem distúrbios elétricos;
- Construção de Linhas “camaradas”;
- GSF, PLD, etc. administrados transferiram renda entre setores;

ARRAPC

Justifica a necessidade de se trabalhar as PCHs, como por exemplo, a redução de perdas de 15% para 9% o que equivale a 4.500MW de energia ou R\$ 8 bilhões/ano (R\$200/MWh).

Criticou a falta de incentivo nas políticas públicas para as empresas nacionais, quando as megas corporações estrangeiras tem tratamento diferenciado. Os incentivos são desbalanceados, como renúncia fiscal para a REPETRO, isenção fiscal para as eólicas, financiamentos a juros reduzidos, leilões de desconstrução, Gás para Crescer com isenção de PIS/CONFINS.

Ao finalizar como Mensagens e Objetivos, frizou as seguintes informações:

- ✓ Setor elétrico regrediu muito nos últimos 20 anos;
- ✓ Consumidores e hidrelétricas foram os mais prejudicados;
- ✓ Novo modelo não é a solução e precisa de muitos ajustes;
- ✓ Trazer o consumidor para a luta por um SEB melhor;
- ✓ Incluir na carta pedindo para que a ANEEL faça estudo real do custo da energia no Brasil;
- ✓ Pedir maior empenho das autoridades no destravamento do licenciamento e prioridade na retomada da construção de CGH, PCH e UHE, de preferência com reservatório;
- ✓ Pedir revisão dos subsídios, incentivos e privilégios.

19. Na **SEGUNDA ETAPA** do Encontro Nacional que ocorreu no dia 09nov18 (sexta-feira) as atividades se desenvolveram na cidade de Poços de Caldas com início previsto para às 08h30 no salão de eventos do Golden Park Hotel.



Algumas atividades com a imprensa local ocorreram antecedendo a programação do dia.



Arleni Mareca – Presidente do CONCEL



O mestre de cerimônia fez o chamamento dos Conselheiros para tomarem seus assentos, fez a citação das autoridades presentes e na sequência convidou o Prefeito de Poços de Caldas, **Dr. Sérgio Antônio de Azevedo** que fez as boas vindas aos presentes, estimulando a todos a conhecer os aspectos turísticos do município, falando sobre as características daquela região e, na sequência, deu por aberto os trabalhos do dia.



O mestre de cerimônia passou a palavra ao Diretor Superintendente da DME Distribuição S.A – DMED, Sr. **Alexandre Afonso Postal**, que fez a apresentação de um Vídeo Institucional do DME Poços de Caldas, posteriormente, exaltou o trabalho realizado por aquela concessionária no âmbito do município de Poços de Caldas.



20. A próxima palestra programada para o evento foi “**Perspectivas e Desafios do DME**”, cujo palestrante **Dr. Cicero Machado de Moraes** – Professor da UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá e Presidente do Conselho Administrativo do Grupo do DME. Começou com um breve



histórico, quando em 12 de setembro de 1898 teve início a operação dos serviços de geração, distribuição de energia elétrica e de iluminação pública e foi concedido ao município por um prazo de 25 anos. A construção da Usina Hidroelétrica de 25KVA junto a Cachoeira das Antas permitiu que Poços de Caldas se tornasse uma das primeiras cidades do Brasil a ter iluminação pública atendida por geração hidrelétrica.

Fez referência ao livro de Cem Anos de Luz (1898 – 1998)

Cita a revista Iluminação do Brasil como documento que comprova esse pioneirismo do Departamento Municipal de Energia (DME), já que na tabela ali exposta, a cidade de Poços de

Caldas tem seu registro como uma das pioneiras na iluminação pública do século XIX.

Em 1927 os Serviços de Eletricidade então explorada pela empresa “Costa e Cia” retornam à responsabilidade do município. Mas foi em 1954 que em 09 de dezembro o então prefeito Martinho de Freitas Mourão através da Lei nº 420 cria o Departamento Municipal de Eletricidade sob regime autárquico com

autonomia financeira, econômica e administrativa, cujas competências são detalhadas em seu artigo 2º. Outro fato que o palestrante ressaltou é que na década de 70 o município passou a ter **100% da área rural e urbana eletrificada**. Em razão da Lei Federal nº 10.848/2004 que determinou a desverticalização, em 2010 foi criada uma nova estrutura para o grupo DME, separando as atividades de distribuição, geração, transmissão e comercialização da energia elétrica. Também falou da qualidade do fornecimento de energia, de tarifas competitivas. Hoje se empenham em reduzir despesas de pessoal e espera finalizar 2018 com 195 empregados. Finaliza cumprimentando a Sra. Arleni Mareca pela XX Encontro Nacional no Município de Caldas e Poços de Caldas.



Ruínas da Casa de Pedra da Usina Pioneira 25KVA

21. Na sequência houve inversão da programação, ficando a palestra do Jenner Ferreira para a última. O próximo tema foi “**Racionalidade e Transparência para o Setor Elétrico**” e a palestrante chamada foi a **Sra. Natalia Moura de Oliveira**, da Coordenadoria de Energia



Elétrica da **Abrace** (Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres).

Iniciou sua apresentação descrevendo o que é a associação, que se compõe de 57 grupos empresariais, o que representa 40% do consumo de energia elétrica da indústria, 42% do gás natural da indústria, 3,2 milhões de empregos na indústria, mas de 800 Unidades industriais em 25 Estados e até 5 vezes mais empregos indiretos nos setores de logística, serviço e apoio. Mostrou um gráfico com o histórico e projeções das tarifas de baixa tensão em Minas Gerais do período de 2013 com projeção até 2020, diferenciando tarifa de uso (TUSD) e tarifa de energia (TE).

Fez uma abordagem sobre

racionalidade e transparência em razão do aumento do custo de energia no Brasil.

No ano de 2018, os reajustes de tarifas são superiores a 15% em diversos Estados. Ressalta que a energia sobe mais que a inflação e as altas tarifas impactam diretamente o bolso dos cidadãos, também com impactos nos custos dos produtos brasileiros. A indústria perde oportunidades de crescer, exportar, competir com importações. Lembra que há excesso de encargos e subsídios nas tarifas, é alto o custo do gás natural, há ingerências políticas sobre o mercado de energia e tudo pode ser agravado com a crise hídrica.

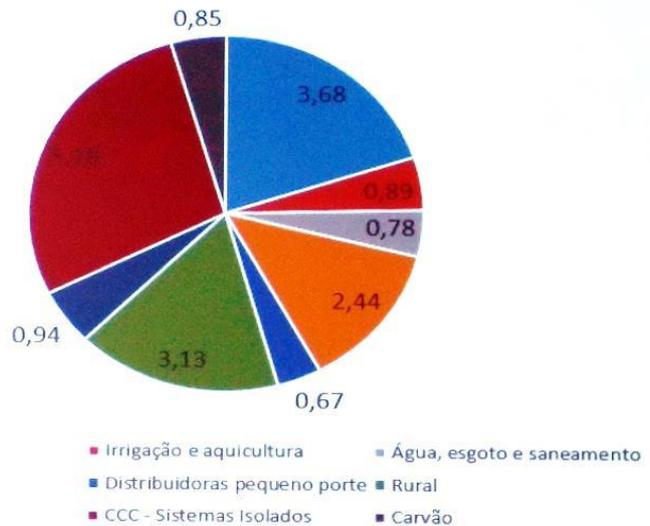
Outro aspecto abordado foram os subsídios presentes na conta de energia, em especial, os valores contidos na **CDE** (Conta de Desenvolvimento Econômico). Esses encargos influenciam para cima os valores da conta de energia. A ABRACE entende que os subsídios deveriam ser extintos.

No gráfico abaixo os dados são expresso em bilhões de reais e setores como a agricultura e aquicultura, as distribuidoras de pequeno porte incluso ai as cooperativas de eletrificação rural e a área de irrigação detém os maiores percentuais.

A previsão para 2021 é que os valores da CDE deverão estar na ordem de 1,7 bilhões.

ENTENDA OS SUBSÍDIOS PRESENTES NA CONTA DE ENERGIA

Subsídios custeados pela CDE 2018 - valores em bilhões de reais



Dentro desse contexto a ABRACE defende as seguintes medidas:

- ✓ Reduzir encargos e subsídios;
- ✓ Promover a racionalidade econômica e a eficiência;
- ✓ Reduzir custos regulados e incentivar o mercado livre;
- ✓ Promover a expansão da capacidade via mercado livre;
- ✓ Simplificar o cálculo das tarifas.



Como TRANSPARÊNCIA no setor elétrico a ABRACE considera o seguinte:

- ✓ ANEEL é referência entre as agências reguladoras;
- ✓ MME fez mais consultas à sociedade nos últimos anos;
- ✓ Apesar disso, ainda é preciso melhorar:
 - Grandes custos do setor não passaram por discussão com a sociedade;
 - ANEEL não tem autonomia de recursos.

Alguns custos no setor elétrico serão impactantes, tais como, indenizações de transmissão que podem girar em torno de R\$ 60 bilhões e, no caso de Angra 3, o CNPE autorizou revisão que pode dobrar a tarifa.

22. A última palestra do dia foi proferida pelo Consultor Jenner Ferreira, Presidente da IBECON (MS) com o tema: **Impactos das Políticas Públicas para o Setor Elétrico na Tarifa de Energia.**



Visando contextualizar o tema, esclareceu que iria abordar os índices homologados, a tarifa média B1 Brasil que no acumulado até 2013 expressa-se com valores próximo de 79,2% e IGPM acumulado de 40,9%.

As distribuidoras ficam na média de 9,1% e

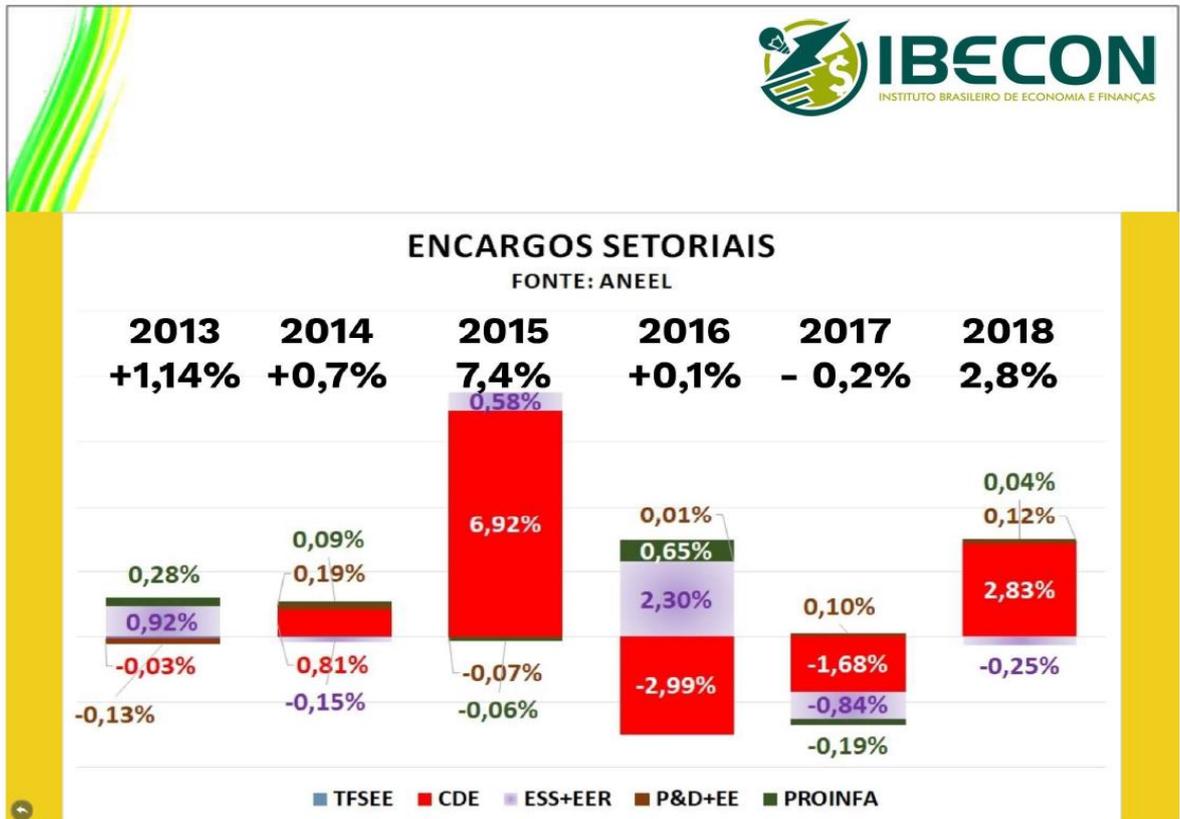
finaliza alertando que as **políticas do setor elétrico estão em discussão no Congresso.**

As Políticas Públicas do setor são financiadas pelos encargos setoriais inclusos na tarifa, que tem lastro em lei e a Aneel apenas as quantifica e, o agente arrecadador, é a Concessionária. As rubricas identificadas na tarifa são em número de seis:

- 1) A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cujas legislações que as definem, são:
 - a. Lei nº 10.438/2002;
 - b. Lei nº 12.783/2013;
 - c. Lei nº 12.839/2013;
 - d. Resolução nº 549/2013;
 - e. MP 605/2013;
 - f. Decreto nº 7.945/2013; e
 - g. Decreto nº 9.022/2017.
- 2) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE:
 - a. Lei nº 9.427/1996;
 - b. Lei nº 12.783/2013.
- 3) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos:
 - a. Lei nº 7.990/1989;
- 4) Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA:
 - a. Lei nº 10.438/2002; e
 - b. Decreto nº 5.025/2004.
- 5) Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva – EER:
 - a. Decretos nº 5.163/2004 e 6.353/2008.
- 6) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Programa de Eficiência Energética (PEE):
 - a. Lei nº 9.991/2000.

Os impactos na tarifa passam pelas análises das Notas Técnicas da ANEEL,

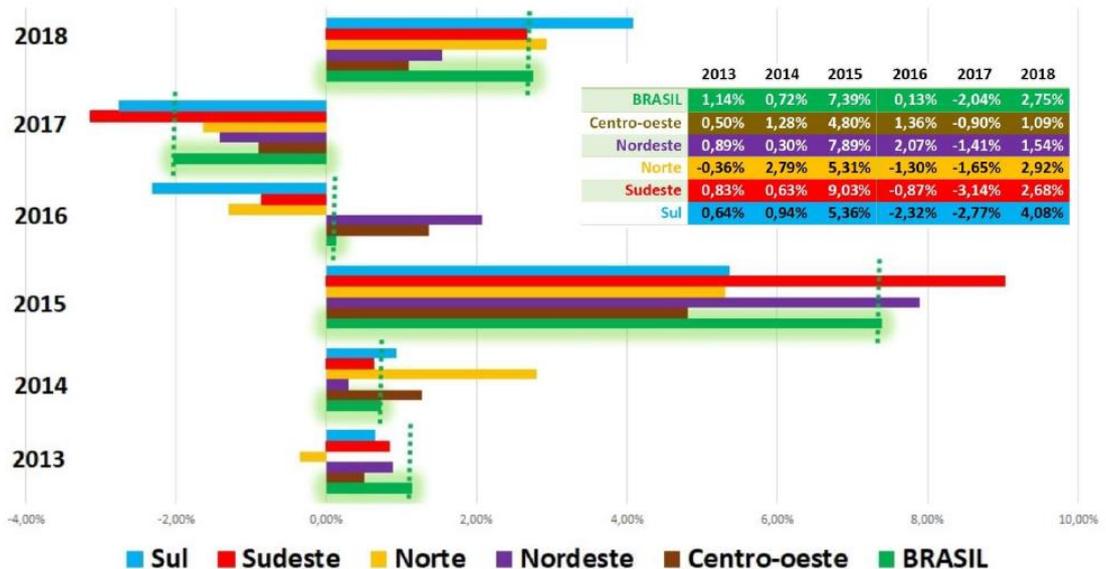
composição do índice médio e participação dos componentes no índice médio, que estão sempre em discussão.



Como se pode ver acima os valores contidos na **CDE** elevam para cima os encargos setoriais, e na comparação por região do país, os encargos assim se apresentam:

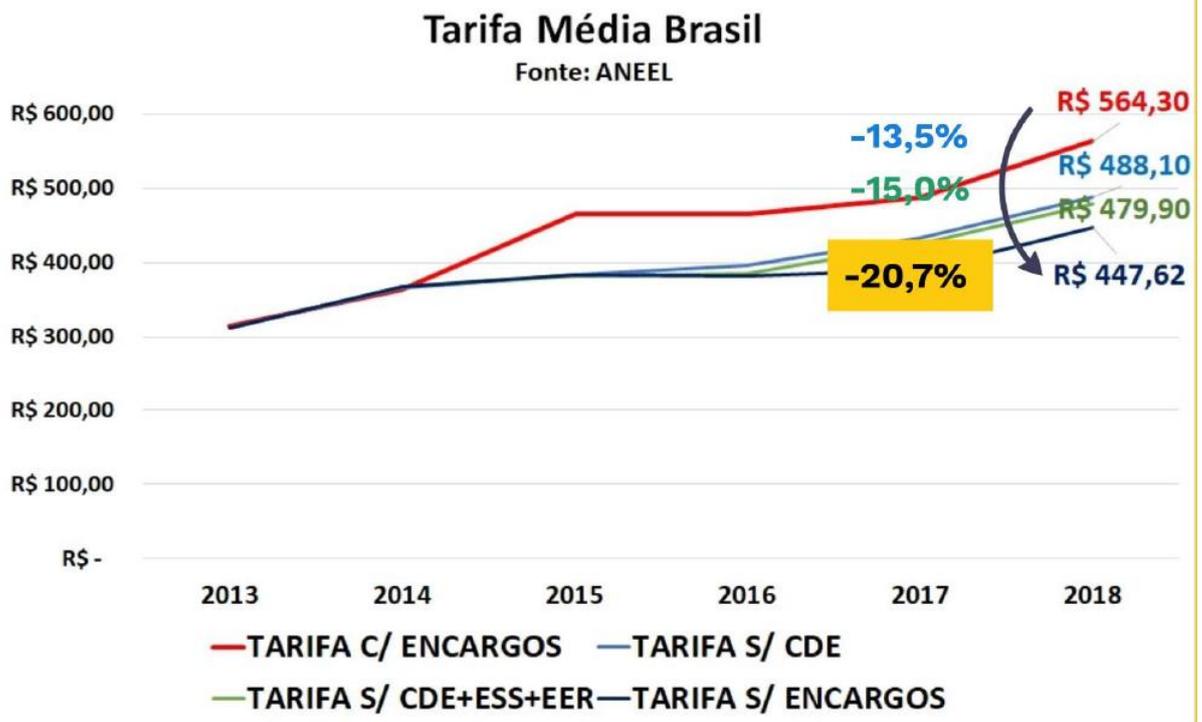
ENCARGOS COMPARATIVO POR REGIÃO

Fonte: ANEEL



A região Sudeste paga a maior parcela da CDE.

No gráfico abaixo a tarifa média Brasil, mostra o comportamento com os encargos, sem a CDE, sem a CDE mais ESS e EER e finalmente a tarifa sem nenhum encargo.



Se não houve nenhum encargo a tarifa seria 20,7% mais barata.

Após o término da palestra e perguntas, o palestrante recebe um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do XX Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica.



23. Na sequência foi aberto um espaço para o CONACEN realizar a eleição de sua diretoria.
24. Como as condições climáticas (chuvas) não permitiram a visita técnica à UHE Eng^o Pedro Affonso Junqueira (Antas I), a organização do evento concentrou seus trabalhos na elaboração da Carta do XX Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica, que sintetizaria as principais reivindicações, sugestões e preocupações de consenso dos conselheiros presentes.
25. Conteúdo da **CARTA DE CALDAS E POÇOS DE CALDAS, 2018**:
Obs.: abaixo em azul estão as inclusões das contribuições do CONSELPA.

O XX ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, em Caldas e Poços de Caldas, no Grand Hotel Pocinhos e Golden Park Hotel,

reuniram-se os conselheiros representantes dos Conselhos de Consumidores de Energia das áreas de concessão da ELETROBRÁS RORAIMA, ELETROBRÁS ACRE, CEA, CELPA, ELETROBRÁS RONDÔNIA, ENERGISA TOCANTINS, ELETROBRÁS AMAZONAS, ENEL CE, ELETROBRAS ALAGOAS, ENERGISA BORBOREMA, ELETROBRÁS PIAUÍ, COSERN, CELPE, ENERGISA PB, SULGIPE, CEMAR, COELBA, ENERGISA SERGIPE, LUZ E FORÇA SANTA MARIA, ENERGISA MINAS GERAIS, DME-D, ELETROPAULO, CPFL PIRATININGA, EDP SP, EDP ES, LIGHT, ENEL RJ, ENERGISA SUL-SUDESTE, ENERGISA NOVA FRIBURGO, CPFL PAULISTA, ELEKTRO, CHESP, ENERGISA MATO GROSSO, ENERGISA MATO GROSSO DO SUL, ENEL GO, CEB, ELETROCAR, NOVA PALMA, URUSSANGA, HIDROPAN, IGUAÇU ENERGIA, RGE, JOÃO CESA, RGE SUL, COPERLIANÇA, CELESC, MUX, CEEE-D, DMEI, COCEL, FORCEL, COPEL, CEMIG após apresentação de exposição consubstancial de temas nacionais que externam as preocupações dos consumidores deliberaram por consenso os seguintes pontos e sugestões discutidos durante o Encontro, como seguem:

- I. As mudanças que se encontram em pleno andamento, como Geração Distribuída, bem como as que se avizinham, como os avanços tecnológicos, devem ser mais bem discutidas com os consumidores já em sua fase inicial de propostas e não apenas em audiências públicas.
- II. O crescimento exponencial da Geração Distribuída – GD – pode ser maior do que a projetada e as consequências devem ser mais equilibradas com transparência e regimento próprio;
- III. A GD não pode promover o desequilíbrio entre os diferentes consumidores, sob pena de criação de subsídio cruzado;
- IV. O modelo regulatório deve prever a GD como característica do setor elétrico com

a correta alocação de custos e reflexos tarifários;

V. A GD deve ser incentivada também como vetor econômico para o setor produtivo;

VI. Incentivar o uso de propriedades agrícolas na geração de energia a partir de fontes de biomassa e fotovoltaica, com aproveitamento natural do espaço disponível para uso compartilhado das áreas sombreadas, com possibilidades de transferência de créditos excedentes, reforçando a segurança alimentar;

VII. Modelo regulatório deve ser aderente à nova realidade do setor elétrico brasileiro, portanto, as mudanças devem envolver os consumidores em todas as esferas de discussão;

VIII. A matriz energética brasileira deve se voltar para a fonte hídrica como principal fonte renovável por seu papel estruturante, assim, torna-se imperativo aproveitar os grandes rios brasileiros e não apenas manter, mas ampliar essa base hídrica;

IX. O uso de fontes renováveis e limpas deve ser priorizado pelo benefício da redução da poluição;

X. As questões ambientais devem ser melhor ponderadas nas usinas hidrelétricas objetivando-se o aumento de sua capacidade de reservação, considerando sua vertente multiuso com benefício;

XI. A política de construção de usinas à fio d'água deve ser revista em prol da modicidade tarifária, pois a falta de reservatórios leva ao uso de fontes mais caras que oneram o consumidor;

XII. Retomada da construção de usinas com reservatórios é indispensável;

XIII. Simplificação do processo de participação nos programas de eficiência energética distribuindo-o em duas etapas (a primeira para selecionar projetos viáveis e a segunda para atender às exigências técnicas);

XIV. Agilizar a integração do Estado de Roraima ao SIN para evitar o consumo de 1 milhão de litros de diesel por dia e que refletem na tarifa de todos os consumidores do Brasil e assim, deixarmos de ser refém do fornecimento da Venezuela;

XV. Unificar as datas-base dos processos de mudança de tarifa em um único ano.

O empoderamento dos Conselhos de Consumidores como agente dentro do setor elétrico brasileiro deve sair do discurso politicamente correto para ações efetivas que reflitam na definição e composição do valor pago pela energia elétrica no país, ainda que limitado às suas próprias competências.

Destacamos que a atuação dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica deve contribuir para a divulgação das diversas discussões que ocorrem no setor elétrico com reflexos na sociedade, podendo orientar os órgãos e entidades para melhor atuarem em suas esferas de decisão e competência.

A estrutura atual para definição da tarifa de energia elétrica sofre forte impacto dos pontos apresentados, porém, mudanças efetivas fogem dos limites de competência dos Conselhos, cabendo, assim, aos demais agentes da sociedade civil organizada atuarem em prol da modicidade tarifária.

O forte impacto que as políticas públicas para o setor elétrico brasileiro impõem à tarifa de energia elétrica merece atenção redobrada por parte dos legisladores. Decisões na esfera legislativa devem apresentar análises do reflexo de tais decisões na tarifa.

Assim, as mudanças que a sociedade entende serem necessárias neste momento, respaldadas pelo cenário político atual, devem se estender ao setor elétrico brasileiro na busca por uma tarifa de energia elétrica justa para a capacidade de pagamento do consumidor e, principalmente, aderente à realidade econômica do país.

Arleni Nogueira Mareca
Presidente CONCEL

José Luiz Nobre Ribeiro
Presidente Conselho CEMIG

Gilmar Ogawa
Vice-Presidente CONSELPA

Sérgio Oliveira de Matos
Presidente ConEDP/SP

Manoel T. M. Neto
Presidente Conselho ENEL RJ

Erildo Pontes
Presidente Conselho ENEL CE

Vaubel Mafra
Presidente Conselho AmE

Antonio Costa Pinto
Presidente Conselho CEAL

Max Rodriguez Muniz
Presidente do Conselho COELBA

José de Nazaré Pereira
Presidente Conselho CEA

Marco Antonio Jouan
Presidente Conselho EMT

Wilson de Oliveira
Presidente Conselho ENEL GO

26. **Alguns registros fotográficos da interação entre os Conselheiros:**



Conselheiros tomando assento para início da cerimônia de abertura do evento, na cidade de Caldas/MG

Confraternização após um dia intenso de palestras e debates.



No painel principal do evento, conselheiros e secretários executivos da Eletropaulo e CPFL.

Chegando para reunião no salão do Golden Park Hotel em Poços de Caldas





Salão de convenção do Golden Park Hotel completo para as atividades do segundo dia, na cidade Poços de Caldas/MG

Intervalo para o Coffee-break e interação entre os conselheiros e secretários executivos.



Representantes do CONSELPA

Jantar de confraternização entre Conselheiros e Secretários Executivos após o encerramento do evento.





Manoel T.M. Neto (esq)
Presidente do Conselho da ENEL/RJ e
Gilmar Ogawa (dir)
Vice-Presidente do CONSELPA/SP

Arleni Nogueira Mareca – Presidente do CONCCEL e
Leonilda da Silva – Secretária executiva do CONCCEL
(esquerda)





Gilmar Ogawa, Renato D. Tichauer e Glauce Bezerra do CONSELPA

27.CONCLUSÃO:

O XX Encontro Nacional de Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica cumpriu seus objetivos, principalmente, ao angariar mais conhecimento com as palestras proferidas, trocar experiências entre os conselheiros de todo Brasil, permitiu o intercâmbio com os representantes das Geradoras, Transmissoras e Distribuidoras, bem com os membros da Diretoria da ANEEL e representante do Ministério de Minas e Energia. Na carta elaborada conseguiu-se o consenso das principais sugestões, preocupações, contribuições e solicitações a serem encaminhadas ao órgão regulador. O permanente diálogo, a busca da transparência e a defesa dos interesses dos consumidores de energia elétrica, fortalece o trabalho das entidades e instituições em prol do bem comum e do interesse público.

São Paulo, 05 de dezembro de 2018.

Gilmar Ogawa

Membro Titular CONSELPA (Vice-Presidente)
Classe Rural